

Petrobras Gás S.A. Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanco Patrimonial	7
Demonstração de Resultado	8
Demonstração de Resultados Abrangentes	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Notas explicativas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

sobre as demonstrações contábeis

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia são realizadas exclusivamente com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.539	53.742	27.517	48.308	Fornecedores	14	50.739	35.141	10.187	10.122
Contas a receber, líquidas	8	245.311	180.386	96.361	67.647	Imposto de renda e contribuição social	16.1	-	1.031	-	1.031
Impostos e contribuições	16.1	30.845	26.035	25.309	25.239	Impostos e contribuições	16.1	14.003	15.937	6.129	6.200
Outros ativos circulantes		2.988	2.551	18	-	Dividendos propostos	17.5	-	227	-	227
		307.683	262.715	149.205	141.194	Juros sobre capital próprio a pagar	17.5	25.500	17.000	25.500	17.000
						Outras contas e despesas a pagar		9.418	8.301	118	16
								99.660	77.637	41.934	34.596
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Provisão para processos judiciais	22.1	8.731	10.143	-	-
Contas a receber, líquidas	8	2.462	28.732	1.215	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	-	1.179	-	1.179
Depósitos judiciais	22.2	2.806	5.108	2.806	3.842	Obrigações estatutárias	17.4	103.539	106.456	103.539	106.456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	57.128	61.054	1.369	-	Outras contas e despesas a pagar		401	807	-	-
Impostos e contribuições	16.1	9.005	5.892	-	-			112.671	118.585	103.539	107.635
Ativo financeiro de concessão	9	44.132	35.602	-	-			212.331	196.222	145.473	142.231
Impostos em litígio	22.4	106.820	104.681	106.820	104.681						
Títulos e valores mobiliários	13	996	4.439	996	4.439	Patrimônio líquido	17				
Outros ativos realizáveis a longo prazo		84	182	-	-	Capital social realizado		655.522	655.522	655.522	655.522
		223.433	245.690	113.206	112.962	Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
						Reserva de capital		560	560	560	560
Investimentos	10	1.394.621	1.342.963	1.896.338	1.843.268	Reservas de lucros		445.695	386.486	446.969	388.541
Imobilizado	11	2.430	3.212	136	166	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(375)	-	(375)	-
Intangível	12	296.302	294.946	-	-			2.012.138	1.953.304	2.013.412	1.955.359
		1.693.353	1.641.121	1.896.474	1.843.434			2.224.469	2.149.526	2.158.885	2.097.590
		2.224.469	2.149.526	2.158.885	2.097.590						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita de vendas e serviços	18	417.680	355.747	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(350.517)	(285.913)	-	-
Lucro bruto		67.163	69.834	-	-
Receita de construção da infraestrutura	4.12	32.664	21.101	-	-
Custo da construção da infraestrutura	4.12	(32.664)	(21.101)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		67.163	69.834	-	-
Receitas (despesas)					
Vendas	20	(10.711)	(13.620)	-	-
Gerais e administrativas	20	(64.719)	(60.686)	(43.760)	(41.266)
Tributárias	20	(4.312)	(1.285)	(457)	(997)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(3.961)	952	(4.680)	674
		(83.703)	(74.639)	(48.897)	(41.589)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		(16.540)	(4.805)	(48.897)	(41.589)
Resultado financeiro líquido	21	26.921	29.255	5.568	9.029
Receitas financeiras		16.269	21.026	4.726	8.434
Despesas financeiras		(366)	(364)	(2)	(9)
Variações monetárias e cambiais líquidas		11.018	8.593	844	604
Resultado de participações em investimentos	10.2	268.099	254.155	311.567	293.174
Lucro antes dos impostos		278.480	278.605	268.238	260.614
Imposto de renda e contribuição social	16.3	(6.988)	(21.408)	2.473	(4.053)
Lucro do exercício		271.492	257.197	270.711	256.561
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	17.6	2,45	2,32	2,44	2,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Lucro do exercício		271.492	257.197	270.711	256.561
<u>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</u>					
Resultado de equivalência patrimonial outros resultados	10.2	(375)	-	(375)	-
Resultado abrangente total		271.117	257.197	270.336	256.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de capital			Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados					
Saldo em 1º de dezembro de 2017	655.522	910.736	560	106.009	56.035	138.601	-	-	1.867.463	(2.691)	1.864.772	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,50/ação)	-	-	-	-	(56.035)	-	-	-	(56.035)	-	(56.035)	
Realização de reserva especial (R\$ 0,36/ação)	-	-	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)	-	(40.000)	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	256.561	-	256.561	636	257.197	
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	12.828	-	65.903	(78.731)	-	-	-	-	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(2.403)	-	(2.403)	-	(2.403)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,95/ação)	-	-	-	-	105.200	-	(105.200)	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,63/ação)	-	-	-	-	-	-	(70.227)	-	(70.227)	-	(70.227)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	655.522	910.736	560	118.837	105.200	164.504	-	-	1.955.359	(2.055)	1.953.304	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,95/ação)	-	-	-	-	(105.200)	-	-	-	(105.200)	-	(105.200)	
Realização de reserva especial (R\$ 0,19/ação)	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	(21.000)	-	(21.000)	
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(375)	(375)	-	(375)	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	270.711	-	270.711	781	271.492	
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	12.268	-	69.760	(82.028)	-	-	-	-	
Reversão da apropriação de lucros em obrigações	-	-	-	-	-	-	3.995	-	3.995	-	3.995	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(1.078)	-	(1.078)	-	(1.078)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,92/ação)	-	-	-	-	102.600	-	(102.600)	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,80/ação)	-	-	-	-	-	-	(89.000)	-	(89.000)	-	(89.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	655.522	910.736	560	131.105	102.600	213.264	-	(375)	2.013.412	(1.274)	2.012.138	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	271.492	257.197	270.711	256.561
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Resultado de participações em investidas	(268.099)	(254.155)	(311.567)	(299.391)
Depreciação e amortização	17.262	16.702	1.678	1.650
Perdas de crédito esperadas	(5.012)	3.659	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	(1.823)	515	-	-
Baixa processo judicial	1.412	-	1.213	-
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	2.858	560	2.858	560
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(11.018)	(1.160)	(844)	(805)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(7.002)	(14.554)	(2.141)	(6.411)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	6.988	21.408	(2.473)	4.053
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	19.400	72.535	(1.215)	17.757
Ativos financeiros vinculados à concessão	2.488	(69)	-	-
Outros ativos	(1.696)	(1.868)	(2.334)	(945)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	15.598	(3.298)	65	(104)
Impostos e contribuições	(15.129)	(17.949)	(3.941)	(7.143)
Outros passivos	(3.837)	(6.583)	4.237	(81)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	23.882	72.940	(43.753)	(34.299)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(17.837)	(22.714)	(2)	(126)
Aportes em participações	(854)	(620)	(854)	(620)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(9.050)	5.387	5.649	21.368
Dividendos recebidos	181.082	221.169	220.596	281.208
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	150.858	203.222	225.389	301.830
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(202.427)	(219.222)	(202.427)	(219.222)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(202.427)	(219.222)	(202.427)	(219.222)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(25.204)	56.941	(20.791)	48.309
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.742	3.199	48.308	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.539	53.742	27.517	48.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	552.111	464.461	1	1.538
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	362	(3.659)	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	29.111	21.101	-	-
	581.584	481.903	1	1.538
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos para revenda	(338.460)	(247.290)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.651)	(56.161)	(11.854)	(8.694)
Perda / Recuperação de valores ativos	(3.712)	(1.180)	(3.712)	(1.180)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	-	(43.020)	-	-
	(378.823)	(347.651)	(15.566)	(9.874)
Valor adicionado bruto	202.761	134.252	(15.565)	(8.336)
Depreciação e amortização	(25.011)	(16.702)	(1.678)	(1.650)
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	177.750	117.550	(17.243)	(9.986)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	271.625	254.155	318.875	300.011
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	30.808	21.026	8.607	14.287
	302.433	275.181	327.482	314.298
Valor adicionado a distribuir	480.183	392.731	310.239	304.312
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e participações	46.961	47.270	29.947	30.658
Benefícios	2.315	2.023	92	12
FGTS	908	761	133	7
	50.184	50.054	30.172	30.677
Tributos				
Federais	69.539	46.118	4.922	11.267
Estaduais	82.341	43.760	-	-
	151.880	89.878	4.922	11.267
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	3.887	(8.229)	3.038	5.258
Despesas de aluguéis	4.302	3.832	1.396	549
	8.189	(4.397)	4.434	5.807
Acionistas				
Dividendos	89.000	70.227	89.000	70.227
Lucros retidos	180.930	186.970	181.711	186.334
	269.930	257.197	270.711	256.561
Valor adicionado distribuído	480.183	392.731	310.239	304.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Dentre os projetos que têm participação, convergente com a sua missão de promover o desenvolvimento do mercado de gás natural e a expansão da infraestrutura de distribuição, destaca-se a controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota explicativa 10.1.

Essa controlada mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. Cisão parcial da companhia em 2015

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados aos negócios relacionados ao segmento de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar dessa delimitação no objeto social da companhia, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação e foram classificados como "Ativos Excluídos", que são atualizados monetariamente de acordo com suas respectivas características e produzem efeitos financeiros periodicamente vertidos através de destinação para reserva estatutária, beneficiando o acionista Petrobras, que é único detentor das ações preferenciais (Nota explicativa 17.4 "b").

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas diferem exclusivamente pela manutenção de saldo no Ativo Diferido em companhias afiliadas, que é permitido pelas práticas brasileiras atuais (Pronunciamento Técnico CPC 13), acarretando diferença entre a controladora e o consolidado com relação ao resultado, quando há amortização, e ao patrimônio líquido da Companhia. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 08 de abril de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 10.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

4.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Consolidado - IFRS / CPC	2.012.138	1.953.304	271.492	257.197
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	1.274	2.055	(781)	(636)
Controladora - CPC	2.013.412	1.955.359	270.711	256.561

4.2. Instrumentos financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Esse reconhecimento leva em consideração os níveis históricos de inadimplência, indicadores internos, bem como as incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, cenários de retração nas linhas de crédito, nível de emprego, massa salarial, etc.), conforme previsto no CPC 48 (IFRS 9).

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

4.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 11.

4.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

4.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

4.8. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

4.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

4.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.13. Mudanças nas principais políticas contábeis

IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da Gaspetro e das suas investidas avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade e suas investidas não identificaram impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias.

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Consolidado				Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9	
	31/12/2018		31/12/2017				
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo			
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.539	28.539	53.742	53.742	Disponibilidades	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber, líquidas	8	235.221	235.221	198.182	198.182	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Gas Pago E Não Retirado (Take Or Pay)	8	12.552	12.552	10.936	10.936	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro de concessão	9	44.132	44.132	35.602	35.602	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários	13	996	996	4.439	4.439	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
		<u>321.440</u>	<u>321.440</u>	<u>302.901</u>	<u>302.901</u>		
Passivo (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	14	50.739	50.739	35.141	35.141	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos propostos	17.5	-	-	227	227	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	17.5	25.500	25.500	17.000	17.000	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Obrigações estatutárias	17.4	103.539	103.539	106.456	106.456	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
		<u>179.778</u>	<u>179.778</u>	<u>158.824</u>	<u>158.824</u>		

Os Administradores das investidas da Sociedade não identificaram necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com exceção da investida CEG RIO. Essa investida apresentou um aumento na provisão após a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018 no montante de R\$ 1.271 (R\$ 475 de impacto através de equivalência patrimonial - nota explicativa 10.2).

4.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 / IFRS 16 - Leases - Impacto estimado da adoção

O IFRS 16, efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

- (i) taxa de descontos;
- (ii) levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- (iii) outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e não vislumbrou qualquer impacto na adoção da referida norma, diferentemente da avaliação inicial na controlada GasBrasiliano. Esta controlada, após análises específicas, concluiu que haverá impacto, optando por uma abordagem de transição simplificada, a qual não requer a rerepresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

A controlada reconhecerá um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóveis urbanos (sede da Companhia em Araraquara/SP e demais aluguéis de almoxarifados) e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação do ativo de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento, estimados, a princípio, entre R\$ 5.550 a R\$ 8.000 em 1º de janeiro de 2019.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (impairment)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

5.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 22).

5.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

5.4. Perdas de crédito esperadas

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações

IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Modificações às IFRS Ciclos de Melhorias Anuais 2015-2017	Emendas à IFRS 3 (CPC 15) Combinações de empresas, IFRS 11 (CPC 19) Negócios em conjunto, IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o lucro e IAS 23 (CPC 20) Custo de empréstimos.	01 de janeiro de 2019.
IFRIC 23/ICPC 22	Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	01 de janeiro de 2019.
Modificações à IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18 R2)	Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos (a)	1.029	24.517	7	19.083
Aplicações financeiras de curto prazo - No País				
Fundos de investimentos DI (b)	27.510	29.225	27.510	29.225
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.539	53.742	27.517	48.308

(a) O saldo em Caixa e bancos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 decorre, preponderantemente, do valor recebido a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 19.078) no último dia útil do ano, após o horário bancário estabelecido da sede da Companhia.

(b) Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa (98% do CDI), com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Clientes				
Terceiros	69.442	59.501	-	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	79.915	72.232	67.830	34.277
Recebíveis de ativos financeiros (a)	107.599	91.580	29.746	33.370
	256.956	223.313	97.576	67.647
Perdas de créditos esperadas	(9.183)	(14.195)	-	-
Total contas a receber, líquidas	247.773	209.118	97.576	67.647
Circulante	245.311	180.386	96.361	67.647
Não circulante	2.462	28.732	1.215	-

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 23.3.

8.2. Movimentação das perdas de créditos esperadas

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(14.195)	(10.536)
Adições	(187)	(4.247)
Baixas	5.199	588
Saldo final	(9.183)	(14.195)

9. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo não circulante		
Servidão de passage	7.615	6.676
Terrenos	473	417
Redes	33.085	26.226
Edificações	1.322	1.163
Estações	1.637	1.120
Total ativo financeiro da concessão	44.132	35.602

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada	% de Participação	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (1)	100,00%	100,00%	506.475	46.492
Empresas controladas em conjunto (*)				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS (3)	41,50%	24,50%	89.139	23.014
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (2)	41,50%	24,50%	639.326	145.748
CEG Rio S.A. (2)	37,41%	26,19%	392.072	90.560
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (3)	41,50%	24,50%	192.149	57.922
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS (3)	24,50%	24,50%	421.544	94.931
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (3)	23,50%	21,00%	26.366	18.983
Companhia Paraibana de Gás - PBGAS (3)	41,50%	24,50%	70.679	8.801
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (3)	83,00%	49,00%	76.987	22.708
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS (3)	49,00%	49,00%	32.408	13.904
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (2)	41,00%	23,00%	269.110	(25.443)
Sergipe Gás - SERGÁS (3)	41,50%	24,50%	54.413	3.897
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (2)	41,50%	24,50%	287.875	74.332
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (2)	49,00%	49,00%	197.342	73.256
Companhia de Gás do Amapá - GASAP (3)	37,25%	24,50%	126	(14)
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS (3)	41,50%	24,50%	(1.152)	(43)
Companhia de Gás do Piauí - GASPISA (3)	37,25%	24,50%	4.329	(71)
Agência Goiânia de Gás Canalizado - GOIASGAS (3)	30,46%	19,50%	896	88
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS (3)	32,00%	21,00%	914	244

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da GASPETRO (Holding).

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2018. Auditadas na extensão julgada suficiente pelos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(3) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2018.

10.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2017	Resultado de participação em investimentos(*)	Resultado abrangente	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Amortização	Saldo em 31.12.2018
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	498.250	44.249	-	(40.407)	-	(1.646)	500.446
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	332.934	63.770	-	(52.259)	-	-	344.445
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	180.141	(7.008)	-	-	-	-	173.133
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	164.218	36.275	-	(29.573)	-	-	170.920
CEG-Rio S.A. (a)	177.206	33.124	(314)	(32.686)	-	-	177.330
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	138.706	38.949	-	(35.204)	-	-	142.451
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (a)	94.121	26.174	-	(22.705)	-	-	97.590
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	93.067	22.752	(62)	(9.235)	-	-	106.522
Outras participações (a)	164.625	53.282	-	(35.260)	854	-	183.501
Total dos investimentos	1.843.268	311.567	(376)	(257.329)	854	(1.646)	1.896.338

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Saldo em 31.12.2016	Resultado de participação em investimentos(*)	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	impairment	Amortização	Saldo em 31.12.2017
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	496.265	39.019	(35.389)	-	-	(1.645)	498.250
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS (a)	308.584	66.463	(42.113)	-	-	-	332.934
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	188.803	(6.910)	(1.752)	-	-	-	180.141
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	162.101	40.989	(38.872)	-	-	-	164.218
CEG-Rio S.A. (a)	159.374	30.291	(12.459)	-	-	-	177.206
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	137.583	40.421	(39.298)	-	-	-	138.706
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (a)	87.646	27.071	(20.596)	-	-	-	94.121
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	82.058	11.009	-	-	-	-	93.067
Outras participações (a)	155.542	44.821	(35.798)	620	(560)	-	164.625
Total dos investimentos	1.777.956	293.174	(226.277)	620	(560)	(1.645)	1.843.268

(*) Esta coluna não leva em consideração o PIS e COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 cujos montantes são R\$6.454 e R\$6.217, respectivamente.

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28 correspondente ICPC 09, sendo registrado na GasBrasiliano o ágio (mais valia) no valor de R\$17.968 e R\$19.614 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (*goodwill*) no valor de R\$213.019 e R\$213.019 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente;

(b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PROGÁS e, em decorrência ação movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio, no resultado do exercício social de 2015, de uma baixa em seu investimento de R\$53.590 referente à glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras. Essa provisão decorre da análise sobre os eventuais efeitos das questões discutidas em Processo Judicial. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás à determinadas empresas enquadradas no referido Programa, de quantia equivalente à percentual representativo de redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que seriam financeiramente compensadas.

10.3. Informações sobre a controlada

GasBrasiliano Distribuidora S.A. - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliano, a critério do poder concedente.

10.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas das companhias operacionais são as seguintes:

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

										2018
	Bahiagás	Scgás	Copergás	Ceg-Rio	Sulgás	Potigás	Cegás	Msgás	Outros	Total
Ativo Circulante	506.951	126.334	198.530	360.871	197.062	55.061	153.158	138.788	564.398	2.301.153
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.530	202.244	139.413	30.218	55.027	2.655	158.336	2.785	464.190	1.093.398
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.718	-	-	4.435	6.153
Intangível	335.026	182.095	168.707	661.186	154.346	42.973	118.329	108.542	630.618	2.401.822
Outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	853	853
	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	429.823	250.115	1.664.494	5.803.379
Passivo circulante	229.633	227.020	150.884	466.007	174.275	20.478	61.326	83.078	295.308	1.708.009
Passivo não circulante	11.548	14.543	67.891	194.196	34.818	4.942	176.348	134.628	200.570	839.484
Patrimônio líquido	639.326	269.110	287.875	392.072	197.342	76.987	192.149	32.409	1.168.616	3.255.886
	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	429.823	250.115	1.768.048	5.803.379
Receita operacional líquida	1.808.103	627.038	1.094.222	2.955.649	725.019	190.839	383.218	415.528	1.580.586	9.780.202
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	156.803	-17.094	88.769	90.549	80.084	24.110	63.996	94.931	133.173	715.321
Percentual de participação - %	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 49,0%	
										2017
	Bahiagás	Scgás	Copergás	Ceg-Rio	Sulgás	Potigás	Cegás	Msgás	Outros	Total
Ativo Circulante	413.255	76.190	253.635	380.162	143.955	38.568	152.599	132.025	285.777	1.876.166
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.153	174.374	113.767	29.572	86.369	1.952	75.375	176	278.575	789.313
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.943	-	-	1.962	3.905
Intangível	320.506	196.531	188.396	642.946	158.128	42.993	118.848	110.254	364.979	2.143.581
Outros ativos não circulantes	-	-	-	794	-	1192	14	-	265	2.265
	762.914	447.095	555.798	1.053.474	388.452	86.648	346.836	242.455	931.558	4.815.230
Passivo circulante	130.434	132.780	156.885	380.713	116.888	18.005	65.322	72.268	264.506	1.337.801
Passivo não circulante	9.331	19.762	81.140	282.255	75.917	4.838	100.220	137.236	65.203	775.901
Patrimônio líquido	623.149	294.553	317.773	390.506	195.647	63.805	181.294	32.951	601.849	2.701.528
	762.914	447.095	555.798	1.053.474	388.452	86.648	346.836	242.455	931.558	4.815.230
Receita operacional líquida	1.303.201	441.734	863.865	2.147.904	495.121	159.855	396.086	397.064	971.707	7.176.537
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	158.894	-26.068	86.232	82.996	76.264	14.956	56.153	18.847	53.045	521.319
Percentual de participação - %	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 49,0%	

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

Movimentação	Consolidado			Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.478	353	2.831	-	-
Adição	161	832	993	171	171
Depreciação	(551)	(61)	(612)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.088	1.124	3.212	166	166
Adição	-	40	40	2	2
Transferência	(414)	414	-	-	-
Baixa	-	(39)	(39)	-	-
Depreciação	-	(783)	(783)	(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	756	2.430	136	136
Composição					
Custo	4.276	2.005	6.281	171	171
Depreciação acumulada	(2.188)	(881)	(3.069)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.088	1.124	3.212	166	166
Custo	3.862	1.652	5.514	173	173
Depreciação acumulada	(2.188)	(896)	(3.084)	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	756	2.430	136	136
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5		10	

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

Movimentação	Consolidado		
	Distribuição de gás (b)	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	304.396	-	304.396
Adições	21.102	-	21.102
Baixas	(4.793)	(37)	(4.830)
Transferências	(9.669)	37	(9.632)
Amortização	(16.090)	-	(16.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	294.946	-	294.946
Adições	22.042	-	22.042
Baixas	(4.206)	-	(4.206)
Amortização	(16.480)	-	(16.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	-	296.302
Composição			
Custo	439.595	120	439.715
Amortização acumulada	(144.649)	(120)	(144.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	294.946	-	294.946
Custo	453.079	120	453.199
Amortização acumulada	(156.777)	(120)	(156.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	-	296.302
Tempo de vida útil estimado - anos (a)	10 a 30	5	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasiliano, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (nota explicativa nº 12.2)

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasiliano e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos que variam de 30 a 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (*pass through*); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da GasBrasiliano, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente através levantamentos, avaliações e quantificação da indenização devida, observado o saldo registrado na rubrica de ativo financeiro da concessão, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

13. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos encontram-se bloqueados por decisão administrativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde 1997.

A Gaspetro, além da petição encaminhada ao Juiz da 15ª Vara federal de Brasília (Ação Popular nº 93.00.08452-6), na qualidade de Terceiro Prejudicado, protocolou, em 14 de novembro de 2006, requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a efetivar a permuta por NTN-P.

Conforme disposto no Decreto nº 2.274/1997, que permitiu a conversão desses títulos em NTN-P, a Gaspetro vem efetuando a atualização monetária com base na rentabilidade desses títulos, e aguardando o desbloqueio pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ao longo de 2018, devido a diferença entre as taxas para atualização dos créditos utilizadas pela Gaspetro e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi reconhecido *impairment* parcial dos títulos NTN-P do valor de R\$ 3.443. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo registrado era de R\$ 996 (R\$ 4.439 em 2017).

14. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Terceiros no país	8.473	2.197	99	134
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	42.266	32.944	10.088	9.988
Total	50.739	35.141	10.187	10.122

Petrobras Gás S.A. - Gassetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

15.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado			Controladora					
	2018	2017	2017	2018	2017			2017	
	Petrobras	Outras (*)	Total	Total	Petrobras	GasBrasiliانو	Outras (*)	Total	Total
Ativo									
<u>Circulante</u>									
Contas a receber	12.225	327	12.552	6.386	-	140	327	467	1.334
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	66.148	66.148	32.924	-	-	66.148	66.148	32.943
	12.225	66.475	78.700	39.310	-	140	66.475	66.615	34.277
<u>Não circulante</u>									
Contas a receber, por <i>take or pay</i>	-	1.215	1.215	32.922	-	-	1.215	1.215	-
	12.225	67.690	79.915	72.232	-	140	67.690	67.830	34.277
Passivo									
<u>Circulante</u>									
Fornecedores vinculados a repasse de gastos	857	475	1.332	589	857	-	475	1.332	589
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural	32.318	-	32.318	22.956	-	-	-	-	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	13.005	12.495	25.500	17.227	13.005	-	12.495	25.500	17.227
Outras contas a pagar - pessoal cedido	4.815	3.801	8.616	9.399	4.815	-	3.941	8.756	9.399
	50.995	16.771	67.766	50.171	18.677	-	16.911	35.588	27.215
<u>Não circulante</u>									
Obrigações estatutárias	103.539	-	103.539	106.456	103.539	-	-	103.539	106.456
	154.534	16.771	171.305	156.627	122.216	-	16.911	139.127	133.671
Resultado									
Receita de vendas e serviços	-	2.213	2.213	4.023	-	-	-	-	-
Custo do gás revendido	350.517	-	350.517	267.025	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas ativas (passivas)	179	(1.485)	(1.306)	(824)	179	484	(1.485)	(822)	4.537
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	362
	350.696	728	351.424	270.244	179	484	(1.485)	(822)	4.899

(*) Inclui empreendimentos controlados em conjunto e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração do Presidente, dos diretores, dos membros do Conselho de Administração da Gaspetro foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, quando foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 8.476, válido para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019:

	Conselho Adm.	Diretoria
Nº de membros previstos	7	4
Salário ou pró-labore	598	3.702
Benefícios diretos e indiretos	66	1.045
Cessação do cargo	-	1.577
Outros (INSS, FGTS, etc.)	119	1.369
Total	783	7.693
Total dos administradores		8.476

O total da remuneração dos administradores para o período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4.457 (R\$4.263 em 2017), compostos de quatro executivos da diretoria e sete conselheiros de administração.

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

Demais impostos e contribuições	Consolidado					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
ICMS	2.020	796	1.105	638	6.191	6.900
PIS/COFINS	639	1	7.899	5.254	7.275	7.388
Imposto de renda retido na fonte	11.550	9.522	-	-	15	4
IRPJ saldo negativo	13.390	14.566	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	202	(17)
INSS	1	-	-	-	175	107
Outros	3.245	1.150	1	-	145	1.555
	30.845	26.035	9.005	5.892	14.003	15.937

	Controladora					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PIS/COFINS	1	1	-	-	6.128	6.213
Imposto de renda retido na fonte	11.550	9.522	-	-	1	4
IRPJ saldo negativo	13.390	14.566	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-	(17)
INSS	1	-	-	-	-	-
Outros	367	1.150	-	-	-	-
	25.309	25.239	-	-	6.129	6.200

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora	
	Imobilizado e Intangível	Contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	outros	Total	Total
Movimentação							
Em 31 de dezembro de 2016	44.282	(3)	8.451	678	8.801	62.209	(995)
Reconhecido no resultado do exercício	-	-	(2.150)	-	(184)	(2.334)	(184)
Em 31 de dezembro de 2017	44.282	(3)	6.301	678	8.617	59.875	(1.179)
Reconhecido no resultado do exercício	5.361	(1.881)	(2.343)	(678)	(3.206)	(2.747)	2.548
Em 31 de dezembro de 2018	49.643	(1.884)	3.958	-	5.411	57.128	1.369
Composição							
Impostos diferidos ativos						61.054	-
Impostos diferidos passivos						(1.179)	(1.179)
Em 31 de dezembro de 2017						59.875	(1.179)
Impostos diferidos ativos						57.128	1.369
Impostos diferidos passivos						-	-
Em 31 de dezembro de 2018						57.128	1.369

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	
	Ativos	Passivos
2019	6.092	-
2020	3.407	-
2021	3.407	-
2022	3.407	-
2023	3.407	-
2024 em diante	37.408	-
Parcela registrada contabilmente	57.128	-

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	278.480	278.605	268.238	260.614
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(94.683)	(94.726)	(91.201)	(88.609)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	10.200	6.800	10.200	6.800
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(626)	-	(626)	-
Prejuízo fiscal	(678)	1.669	-	1.669
Participação em controladas e coligadas	77.056	74.307	84.695	79.150
Outros	1.743	(9.458)	(595)	(3.063)
Imposto de renda e contribuição social	(6.988)	(21.408)	2.473	(4.053)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.747)	(2.458)	2.547	(183)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.241)	(18.950)	(74)	(3.870)
	(6.988)	(21.408)	2.473	(4.053)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	3,00%	8,00%	-1,00%	2,00%

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 está representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe "A" e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 17.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 17.4) e não participam dos lucros remanescentes.

A ação preferencial "A" conferia ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de prestação de fiança e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

A ação preferencial "B" confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos "ativos excluídos", descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 22.4), depósitos judiciais (nota explicativa 22.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P (nota explicativa 13) e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Transações de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

17.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

17.4. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

b) Reserva estatutária

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos “ativos excluídos”, inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos “ativos excluídos”, sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

b.1) Reserva estatutária “Repetro” - valor limitado a R\$ 5.905,89 utilizado no passado para fazer frente ao resgate da ação preferencial classe “A”, cujos recursos advirão das receitas “REPETRO”.

b.2) Reserva estatutária “Ativo Excluído” - valor limitado a R\$ 200.000, constituído com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe “B”, na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

A Companhia efetivou, em 11/12/2018, o pagamento de R\$ 21.000 relativo a realização da reserva especial, tendo em vista a melhoria do fluxo financeiro proveniente das participações acionárias.

17.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A ação preferencial "A" receberia exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias "REPETRO" (nota explicativa 14.2) efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita.

A ação preferencial "B" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos "ativos excluídos", líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2018, que está sendo encaminhado pela Administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019, no montante de R\$ 191.600, atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

A proposta do dividendo relativo a destinação do resultado do exercício de 2017 foi aprovada pela Administração da Gaspetro na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2018, a qual aprovou a destinação de dividendos no montante de R\$ 175.427.

A Companhia aprovou a destinação de R\$ 40.000 e R\$ 21.000, referente a realização de reserva especial pago em forma de dividendos aos acionistas, nos meses de novembro de 2017 e dezembro de 2018, respectivamente.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	270.711	256.561
Apropriação:		
Reserva legal	(12.268)	(12.828)
Lucro básico para determinação do dividendo	258.443	243.733
Dividendos mínimos obrigatórios - Preferencialista "A"	-	(227)
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(30.000)	(20.000)
Dividendos pagos antecipadamente	(59.000)	(50.000)
Dividendos adicionais propostos	(102.600)	(105.200)
Realização de reserva especial	(21.000)	(40.000)
Total de dividendos propostos	(212.600)	(215.427)
Dividendos obrigatórios - acionista preferencialista "A"	-	(227)
Destinação Reserva estatutária	(1.078)	(2.403)
Reversão de destinações anteriormente declarados para a ação preferencial "Classe B" - Res. Estatutária	3.995	-
Antecipação de dividendos	(59.000)	(50.000)
Juros sobre capital próprio	(30.000)	(20.000)
Dividendos adicionais	(102.600)	(105.200)
Reserva legal	(12.268)	(12.828)
Reserva especial	(69.760)	(65.903)
Total da destinação do resultado	(270.711)	(256.561)

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$192.677, já incluem a antecipação efetuada em 28 de novembro de 2018 no montante de R\$59.000, bem como os juros sobre o capital próprio de R\$30.000, que ainda serão pagos neste exercício, conforme aprovado pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 28/12/2018.

Os juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$30.000 (valor líquido de IRRF no montante de R\$ 25.500) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, líquido de IRRF.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O saldo de dividendos propostos será pago na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

17.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	271.492	257.197	270.711	256.561
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	110.995	110.995	110.995	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	2,45	2,32	2,44	2,31

18. Receita de vendas e serviços

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas			550.987	464.461
Encargos de vendas			(133.307)	(108.714)
Receita de vendas e serviços			417.680	355.747

19. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(1.823)	-	(1.823)	-
Perdas por Desvalorização de Ativos (<i>Impairment</i>)	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	1.123	93	-	-
Outros	(403)	1.419	1	1.234
Total outras receitas (despesas), líquidas	(3.961)	952	(4.680)	674

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima e produtos para revenda	(325.010)	(254.241)	-	-
Gastos com pessoal	(50.026)	(50.642)	(30.656)	(30.677)
Depreciação e amortização	(17.262)	(16.702)	(1.678)	(1.650)
Materiais, fretes, alugueis e outros	(18.221)	(21.691)	(2.967)	(1.567)
Serviços de terceiros	(21.279)	(13.374)	(8.459)	(7.528)
Tributárias	(4.312)	(1.456)	(457)	(997)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(1.823)	-	(1.823)	-
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	5.012	(3.659)	-	-
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	1.123	93	-	-
Impairment	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Outros (despesas) receitas, líquidas	436	1.680	1	1.390
Total custos e despesas por natureza	(434.220)	(360.552)	(48.897)	(41.589)
Na Demonstração do Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	(350.517)	(285.913)	-	-
Despesas com vendas	(10.711)	(13.620)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(64.719)	(60.686)	(43.760)	(41.266)
Tributárias	(4.312)	(1.285)	(457)	(997)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(1.103)	1.512	(1.822)	1.234
Total custos e despesas por natureza	(434.220)	(360.552)	(48.897)	(41.589)

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita com aplicações financeiras	4.263	1.729	2.584	1.660
Receita com recebíveis de ativos financeiros	7.002	15.548	2.141	6.411
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	4.638	2.686	(1)	354
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	11.018	9.292	844	604
Total resultado financeiro líquido	26.921	29.255	5.568	9.029
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	16.269	20.326	4.726	8.434
Despesas	(366)	(363)	(2)	(9)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	11.018	9.292	844	604
Total resultado financeiro líquido	26.921	29.255	5.568	9.029

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	-	1.349
Fiscais	2.131	2.108
Cíveis	6.600	6.686
	8.731	10.143
Saldo inicial	10.143	10.031
Adições (Baixas), líquidas	(1.412)	112
Saldo final	8.731	10.143

22.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	97	1.088	97	78
Fiscais	1.707	1.410	1.707	1.410
Cíveis	1.002	2.610	1.002	2.354
	2.806	5.108	2.806	3.842

22.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, para os quais a probabilidade de perda, no montante de R\$ 71.516 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 154.039 em 2017) é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado
Tributária	31.151
Cíveis	40.365
	71.516

O quadro a seguir detalha as principais causas cuja expectativa de perda está classificada como possível.

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Ana Flavia B. M Paraguay	39.891
Ação proposta para busca a reparação por danos materiais, morais e ambientais relativo ao Gasoduto João Pessoa - Campina Grande. Situação atual: Não vislumbra-se possibilidade de acordo. Foi requerido que, antes mesmo da prolação de qualquer decisão de mérito, sejam apreciados vários pedidos constantes na ação principal de indenização, notadamente no que se refere no pedido de nulidade da perícia, bem como a necessidade da realização de audiência de instrução e julgamento com a respectiva oitiva das testemunhas. A ação foi julgada a procedente e extinto o feito com resolução do mérito. Houve Embargos de declaração das partes e as apelações das partes, inclusive da Gaspetro, foram protocoladas. Aguarda-se a remessa a instância Superior para julgamento destas apelações.	
Total dos processos de natureza cível	39.891

Descrição do processo de natureza tributária	Estimativa
Autor: Receita Federal do Brasil	2.932
Ação proposta para busca o ressarcimento financeiro por eventual descumprimento da legislação tributária Situação atual: Trata-se de lançamento efetuado para a exigência de contribuições previdenciárias apuradas nos períodos de 07/2000, 10/2000, 12/2000, 05/2001, 11/2001, sobre Bônus. Condenação solidária, Grupo Econômico. Em 2018 apresentado Contrarrazões ao Recurso Especial da União, não havendo ainda nenhum resultado quanto ao julgamento da causa	
Autor: Receita Federal do Brasil	28.219
Autos de infração questionando despesas que teriam sido indevidamente deduzidas das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL Situação atual: Alegação de ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas na apuração do "IRPJ", "IRRF" e "CSLL", relativos ao ano-calendário de 2013 - contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas CCCD_2013, cuja impugnação foi indeferida quase que na sua totalidade	
Total dos processos de natureza tributária	31.151

22.4. Contingências Ativas

22.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$106.820 (R\$104.681 em 2017), relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

23.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas investidas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2018	Risco	%	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo financeiro							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	107.599	CDI	6,40	8,00	1.722	9,60	3.443
Fundo de investimento DI	27.510	CDI	6,27	7,84	431	9,41	863
					<u>2.153</u>		<u>4.306</u>

Instrumentos	Exposição em 31/12/2018	Risco	%	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo financeiro							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	107.599	CDI	6,40	4,80	(1.722)	3,20	(3.443)
Fundo de investimento DI	27.510	CDI	6,27	4,70	(431)	3,14	(863)
					<u>(2.153)</u>		<u>(4.306)</u>

(a) Taxa de juros efetiva

(b) Representam recursos aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) - Nota explicativa 8.1.

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

23.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		50.739	50.739	-	-
Outras contas a pagar		9.418	9.017	401	-
		<u>60.157</u>	<u>59.756</u>	<u>401</u>	<u>-</u>
	2017	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		35.141	35.141	-	-
Outras contas a pagar		8.301	7.494	807	-
		<u>43.442</u>	<u>42.635</u>	<u>807</u>	<u>-</u>

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Empresarial	Seguro de natureza administrativa para a sede da Companhia	3.640
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	6.917

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RODRIGO COSTA LIMA E SILVA
Presidente do Conselheiro

VITOR CALAZANS BARONI
Conselheiro

TOSHIBA ASAHI
Conselheiro

HIROKI TOKO
Conselheiro

FATIMA VALERIA ARAUJO BARROSO PEREIRA
Conselheira

JOELMA MEDEIROS HENRIQUES
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO
Diretor Presidente e Diretor Operacional

ROGÉRIO SOARES LEITE
Diretor Corporativo

HIROSHI FUJIKAWA
Diretor Financeiro

MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA
Contador
CRC-RJ-068103/O-8